

O trabalho das mulheres nos assentamentos Antonio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste - Paraná

Daiana Caroline Refati

Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon
Laboratório de Geografia das lutas no campo e na cidade (GEOLUTAS)
e-mail: dairefati@hotmail.com

João Edmilson Fabrini

Docente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon
Laboratório de Geografia das lutas no campo e na cidade (GEOLUTAS)
e-mail: joaofabrini@gmail.com

Walter Roberto Marschner

Docente na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
e-mail: walmars@ufgd.edu.br

Resumo

O trabalho feminino no campo é de fundamental importância para a permanência da família na terra, pois as mulheres realizam atividades tanto no lote quanto em casa. Entretanto, a influência da dominação patriarcal restringiu a elas tarefas reprodutivas, principalmente as domésticas, enquanto os homens assumem o papel de "provedor" da família, desenvolvendo atividades relacionadas com a produção. Diante disso, o objetivo desta pesquisa foi analisar por meio de entrevistas o trabalho e a participação das mulheres em diversas atividades nos assentamentos Antonio Companheiro Tavares e Ander Rodolfo Henrique no Oeste do Paraná. As relações de gênero analisadas evidenciam mecanismos para o crescente empoderamento das mulheres, tal como corporativismo e inserção das mesmas em atividades historicamente associadas com o patriarca da família, embora ainda ocorra a reprodução de relações desiguais de poder, principalmente quando são excluídas de certos espaços decisórios.

Palavras-chave: MST; assentamento; mulheres; camponeses; trabalho.

The work of women at the 'Antonio Companheiro Tavares settlement' in São Miguel do Iguaçu and the 'Ander Rodolfo Henrique settlement' in Diamante do Oeste - Paraná

Abstract

The women's work in the countryside is of fundamental importance to keep the family into the countryside, because women do activities in the field and at home. However, the influence of patriarchal domination restricted to them the reproductive tasks, mainly domestic, meanwhile the men assume the role of "provider" of the family, being reserved for them the public work and production. Thus, the aim of this study was to analyze the work and the participation of women in various activities in the Antonio Companheiro Tavares settlement and the Ander Rodolfo Henrique settlement in western Paraná. From the analysis of gender relations, we identified mechanisms that give conditions for the growing

empowerment of women, like the corporatism and the insertion of them into activities historically associated with the patriarch of the family, though still happens the reproduction of unequal power relations, especially when they are excluded from certain decision-making spaces.

Keywords: MST; settlement; women; peasant; Work.

El trabajo de las mujeres en los asentamientos Antonio Companheiro Tavares en São Miguel do Iguazu y e Ander Rodolfo Henrique en Diamante do Oeste - Paraná

Resumen

El trabajo femenino en el campo es de fundamental importancia para la permanencia de la familia en la tierra, pues las mujeres hacen actividades en la propiedad y en la casa. Sin embargo, la influencia de la dominación patriarcal limita a ellas las tareas reproductivas, principalmente las domésticas, mientras los hombres asumen el papel de "proveedor" de la familia, haciendo tareas relacionadas con la producción. Por lo tanto, el objetivo de esta investigación fue analizar mediante entrevistas el trabajo y la participación de las mujeres en diversas actividades en los asentamientos Antonio Companheiro Tavares y Ander Rodolfo Henrique en el Oeste de Paraná. Las relaciones de género analizadas muestran mecanismos para el creciente empoderamiento de las mujeres, como el corporativismo y inserción en actividades históricamente asociadas con el patriarca de la familia, aunque ocurra la reproducción de las relaciones desiguales de poder, principalmente cuando son excluidas de ciertos espacios de toma de decisiones.

Palabras clave: MST; asentamientos; mujeres; campesinos; trabajo.

Introdução

O latifúndio e a apropriação concentrada da terra constituem-se numa das características principais do espaço agrário brasileiro. A concentração da propriedade da terra está relacionada às origens históricas e tem se reproduzido com o processo de expansão do capitalismo no campo. Segundo Oliveira (1994) a raiz do desenvolvimento capitalista no Brasil está em seu caráter rentista e a concentração de terras também atua como processo de concentração da riqueza e do capital.

Nesse contexto a luta para conquistar a terra ou a resistência para permanecer na mesma é travada pelos camponeses em diversos conflitos que possuem diferentes estratégias de atuação, princípios ideológicos e políticos, porém, com um aspecto em comum, são lutas que se desenvolveram devido ao reflexo da expansão capitalista sobre o campo brasileiro.

Nas últimas décadas, as lutas que configuram o campo brasileiro são as do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), mobilizações de pescadores, Movimento dos Seringueiros, a luta dos brasiguaios, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se organizam por meio de acampamentos e ocupações de terras, entre outros. A formação desses movimentos

constitui a continuidade e a amplitude das lutas dos camponeses no espaço agrário brasileiro, que desde passado distante sofrem com o processo de exclusão e expropriação de terras, pois suas demandas ainda não foram supridas num contexto que é marcado também pela intensa modernização tecnológica, que a partir de 1970/80 excluiu ainda mais esses trabalhadores. Do ponto de vista de gênero, o processo de exclusão não é homogêneo. É mais intenso para a população feminina, no caso as mulheres camponesas, pois historicamente se construiu uma desigualdade entre os gêneros, apesar da diminuição desta na década de 1990, com o surgimento de movimentos de mulheres no campo, vinculados a consolidação do movimento feminista no Brasil e ao apoio do MST.

O MST, que surgiu em 1984 no município de Cascavel/PR, luta pela reforma agrária e conquistou, ao longo do seu histórico de atuação, diversos assentamentos. Estes são resultados de reivindicações a partir da estratégia de ocupação de terra e montagem de acampamentos. Nos assentamentos os camponeses reconstróem seu território e passam a aprimorar seus conhecimentos, repensando práticas e relações como é o caso da questão de gênero e a condição das mulheres, sobretudo camponesas, na sociedade.

Através das experiências de lutas que as mulheres dos assentamentos passaram, em que algumas delas permaneceram até dez anos acampadas, lhes foi proporcionada a participação e discussão de temas diversos. A mulher não é a mesma antes e depois do acampamento, neste processo ela vai construindo a sua consciência na busca da visibilidade, demonstrando que também é capaz de cuidar da roça, garantindo a sobrevivência da família junto com seu companheiro, ou se mantendo mesmo que seja solteira.

Assim, será analisado o trabalho e a participação das mulheres em diversas atividades, nos assentamentos Ander Rodolfo Henrique, localizado no município de Diamante do Oeste/PR e Antonio Companheiro Tavares, em São Miguel do Iguaçu/PR. Esta abordagem é fundamental para compreender como a divisão sexual do trabalho incide na construção do espaço dos assentamentos, que podem ser espaços de invisibilidade, opressão, dominação e sexismo e também espaços de transformação, de igualdade e empoderamento das mulheres.

A pesquisa em questão é um estudo de caso que foi desenvolvida por meio de análises qualitativas e quantitativas. As análises qualitativas basearam-se nas narrativas obtidas durante o trabalho de campo, desenvolvido por meio da aplicação de questionários. Esses por sua vez foram estruturados com perguntas abertas, que constituem informações sobre a luta pela terra na conquista dos assentamentos e relatos de como é desenvolvido o trabalho no lote e, perguntas fechadas, que permitiram a elaboração de gráficos quantitativos sobre as atividades desenvolvidas por mulheres e homens no lote. Para tal, 30 mulheres com idades que variam de 22 a 65 anos foram entrevistadas. As visitas ocorreram

de forma aleatória, sendo aplicado 15 questionários em ambos os assentamentos. Somente o primeiro nome das entrevistadas foi divulgado na pesquisa.

O artigo está dividido em três itens. O primeiro trata dos movimentos e organizações de mulheres camponesas no Brasil, abordando a discussão de gênero e o início da organização das mulheres em movimentos feministas, em movimentos sociais de mulheres e no MST. O segundo item relata a conquista dos assentamentos, onde foi possível compreender o processo de construção dos camponeses enquanto sujeitos políticos, pois é abordada a trajetória de luta dos assentados e os aprendizados adquiridos nos acampamentos até a conquista da terra. O terceiro item enfoca o trabalho e a participação das mulheres nos assentamentos, realizando-se uma análise sobre o trabalho das mesmas e seu envolvimento em decisões no âmbito doméstico e comercial do lote.

Movimentos e organizações de mulheres camponesas no Brasil

A sociedade formula um padrão sociocultural que determina como deve ser o papel masculino e o feminino definindo, por exemplo, “o que é coisa de mulher e o que é coisa de homem”. Dessa forma aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como “naturais” as relações entre os gêneros, definidas social e culturalmente.

Scott (1995) pontua que gênero pode ser entendido como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, que fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana. É a construção social que uma dada cultura estabelece ou elege em relação a homens e mulheres.

Vannuchi (2010) pontua que em cada momento histórico, um processo específico de socialização, realizado por indivíduos e/ou instituições responde pela internalização, nos sujeitos sociais. A educação que a criança irá receber no seio da família, primeira instância de socialização, tem peso fundamental e é a primeira responsável pela construção dos modelos de meninas e meninos, exercendo uma ação domesticadora sobre ambos os sexos, mas não indistintamente, posto que “o modelo feminino é muito mais artificial, envolvendo maior grau de repressão e subordinação” (WHITAKER, apud Vannuchi, 1989, p. 64).

Assim, podemos perceber que as diferenças de gênero iniciam-se na infância e refletem na vida adulta. Essas diferenças são estabelecidas culturalmente por uma grande maioria das sociedades, das famílias, das religiões, muitas vezes na escola e na universidade. No entanto, entendemos que não é a característica biológica de um indivíduo, ou seja, o órgão sexual, que vai determinar suas preferências ou personalidade.

Dessa maneira, as mulheres organizaram-se para conquistar direitos. A primeira onda do feminismo, segundo Pinto (2010), aconteceu nas últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. O movimento ficou conhecido como sufragista. No Brasil a primeira onda do feminismo também se manifestou publicamente por meio da luta pelo voto, liderada por Bertha Lutz, bióloga, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando o movimento. Em decorrência desta ações, o direito ao voto foi conquistado em 1932 no país.

Após a Segunda Guerra Mundial e no ambiente do regime civil militar no Brasil (1964) emergiram novas manifestações feministas, mesmo que limitadas devido a conjuntura do governo pós golpe militar, elas existiram principalmente no início da década de 1970 pois muitas mulheres, em razão da luta pela democracia, se exilaram na Europa para fugir da repressão. Lá tiveram contato com os movimentos feministas e quando retornaram ao país estabeleceram uma nova postura de militância.

Valenciano (2006) destaca que nas décadas de 1970 e 1980, as mulheres organizadas centraram-se na luta pela redemocratização do país. Milhares de mulheres reuniram-se em eventos e congressos, sendo que, em 1979, aconteceu o I Encontro Nacional Feminista, em Fortaleza. Neste mesmo ano, as trabalhadoras camponesas despontaram e começaram a se organizar em movimentos de mulheres, nos sindicatos, nas associações, lutando pelos seus direitos etc.

Deere (2004), afirma que nas áreas rurais, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e grupos de mulheres organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), na década de 1970, muitas vezes forneceram a experiência formativa que levou as mulheres a questionar a injustiça social, frequentemente ligada a questões de saúde e de educação. Mas dado que as principais estruturas organizacionais em áreas rurais eram os sindicatos, na década de 1980, o movimento de mulheres rurais desenvolveu duas reivindicações centrais: a incorporação de mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social, incluindo licença-maternidade paga e aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais.

Além disso, Deere (2004) enfatiza que houve um crescimento da participação de mulheres no movimento sindicalista rural na década de 1980, caracterizado pelo crescimento do Movimento Autônomo de Mulheres Rurais (MMTR). Os MMTRs estaduais surgiram no Sul e no Nordeste quase ao mesmo tempo. Neste mesmo período em Santa Catarina, surge o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), que em 1986, com 100 mil assinaturas de mulheres trabalhadoras rurais, liderou uma enorme caravana até Brasília a fim de colocar seus direitos na pauta constitucional. Suas preocupações imediatas eram assistência à saúde, benefícios de previdência social, participação nos sindicatos, etc.

Mas foi pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que as reivindicações sobre o direito das mulheres à terra foram mais persistentemente articuladas. Deere (2004) evidencia que essa foi uma questão importante no Primeiro Seminário Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em Brasília, no ano de 1988, quando as participantes fizeram um forte lobby pelo artigo constitucional que estabeleceria os direitos das mulheres à terra na reforma agrária. Esse artigo foi o resultado de uma emenda popular à Constituição, a partir de uma campanha nacional de assinaturas.

Deere (2004), afirma que, além da inclusão de mulheres na reforma agrária, houve outras conquistas das mulheres rurais na Constituição de 1988 como o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanos em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social. Foi estipulado que esses benefícios referiam-se às trabalhadoras assalariadas temporárias e permanentes, bem como às agricultoras familiares, incluindo as trabalhadoras familiares não remuneradas.

Dessa forma, com a Constituição Federal de 1988, se expandiu os direitos das mulheres devido à pressão exercida pelos movimentos feministas e de mulheres rurais, que surgiram na década de 1980 em vários estados brasileiros. Na década de 1990 esses movimentos se articularam e em 2004 uniram-se sob uma única sigla o MMC.

Boni e Bosett (2013) destacam que o movimento denomina-se de mulheres camponesas pelo fato de que o termo camponês englobaria a heterogeneidade de identidades de mulheres que representam o campesinato, sejam as agricultoras, as assalariadas rurais, as pescadoras ou as extrativistas, bem como, a associação entre as atividades de subsistência e comercialização, que envolve a categoria camponês em torno do trabalho familiar e na produção de alimentos.

No meio rural destaca-se também na discussão de gênero o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que no seu processo de organização e consolidação incorporou lutas que vão além da reforma agrária, como: educação, agroecologia, discussão de gênero, entre outras.

Principalmente nos anos 1990, com o aumento do número de ocupações, acontece uma abertura do MST às questões de gênero, pois aumentaram o número de mulheres como lideranças e participantes do movimento. Entretanto, segundo (SCHEWENDLER, 2009, p. 181) “mesmo havendo um aumento significativo da presença da mulher na luta pela terra, visando o acesso às terras de reforma agrária, apenas 12% dos lotes de terras em assentamentos no Brasil estão em nome das mulheres”.

Essa situação revela que a luta pela terra exigiu não apenas a consciência de classe para mulheres e homens, mas também o debate, e a luta contra desigualdades postas nas relações de gênero. As mulheres, então, chamaram a atenção do movimento

para a necessidade deste promover a igualdade de gênero, ampliando a participação feminina na luta pela transformação social.

Segundo Furlin (2013), inicialmente, a Comissão de Mulheres do MST tinha o seu espaço no Jornal Sem Terra, no qual divulgava os trabalhos realizados nas instâncias de base, inserindo também alguns temas, com o intuito de contribuir na reflexão e no estudo das mulheres. Assim foram ganhando força e espaço no movimento e, por conta disso, em 1988, garantiram o capítulo VIII, nas normas gerais do movimento, que se refere à organização das mulheres.

Embora esse quadro de normas, incorporado ao discurso do MST, represente uma conquista na trajetória de organização das mulheres, para Furlin (2013), a insistência pela participação feminina revela a existência das desigualdades de gênero na concessão de direitos e na atuação em instâncias de poder, bem como, as discriminações que se reproduziam na base do movimento.

Segundo Furlin (2013), em 1990 ocorre o II Congresso do MST e a partir deste, o movimento assume novos compromissos com as mulheres. Em 1996, após o III Congresso Nacional do MST, as mulheres – mais articuladas e contando com o apoio do Movimento – realizaram o I Encontro Nacional das Mulheres do MST. Após esse Encontro, gênero passou a ser um campo de reflexão, com a mesma importância dos outros setores. E em 1999 o Coletivo de Gênero é criado.

Uma das primeiras atividades do Coletivo de Gênero foi a publicação de um panfleto de treinamento, segundo Deere (2004), destinado a promover reflexões sobre as relações de gênero. Um dos tópicos foi, “As Mulheres e a reforma agrária” e incluiu o seguinte ponto com relação aos direitos das mulheres à terra:

Que na luta pela terra, ocupação, acampamento, mobilizações, participa toda a família, portanto a conquista da terra é uma conquista da família. Nada mais justo que, quando o INCRA vem fazer o cadastro, este seja feito no nome dos dois. (DERRE, 2004, p. 191).

Esse ponto implica que a distribuição conjunta de terra para casais seja agora política do MST, e assim foi confirmado pelas mulheres da liderança do movimento. Todavia, essa reivindicação ainda não fazia parte do discurso público do MST.

Para Deere (2004) a abertura do MST às questões de gênero, no final da década de 1990, está relacionada com a crescente aceitação, de que o não reconhecimento dos direitos da mulher à terra é prejudicial ao desenvolvimento e à consolidação dos assentamentos e, portanto, ao movimento. Agora se reconhece que a distribuição e a titulação conjuntas da terra para casais são uma pré-condição para a participação das mulheres nas assembleias dos assentamentos, nas associações e cooperativas, e que esta

participação leva a melhores resultados tanto para a comunidade como para as próprias mulheres. Dado o compromisso do MST com a igualdade social e de gênero, há uma aceitação do argumento do empoderamento, ou seja, que as relações de gênero devem mudar, o que por sua vez requer um crescimento no poder de barganha das mulheres dentro da família e da comunidade como medidas interativas e complementares. Mas esse é um processo muito mais lento e que ainda precisa se realizar.

Diante desse contexto, as lutas das mulheres camponesas do Brasil, tanto em movimentos de mulheres, quanto no movimento feminista, não estão desvinculadas das lutas das mulheres do MST e dos assentamentos Ander Rodolfo Henrique e Antonio Companheiro Tavares, pois as mulheres foram e são de extrema importância para a consolidação e desenvolvimento do movimento. A partir do momento em que iniciam sua participação nas lutas sociais, começam a questionar ou até mesmo rompem com algumas práticas que as relegam ao papel secundário na sociedade, atuação essa que contribui para o processo de conquista da terra.

A conquista dos assentamentos de reforma agrária Ander Rodolfo Henrique e Antonio Companheiro Tavares no Paraná

As trajetórias de luta dos sem-terra do MST estão inseridas no contexto das mudanças ocorridas no campo brasileiro. Mudanças essas que ocorreram a partir do momento em que houve um atrelamento da agricultura com a indústria e o mercado. A consequência foi uma modernização conservadora que acabou expulsando milhares de camponeses do campo, obrigados a migrar para outros Estados e regiões como a Amazônica e até mesmo para outros países, como para o Paraguai. Soma-se a esse contexto a concentração da posse da terra existente desde passado distante.

A principal estratégia de luta do MST, para conquistar a terra, são as ocupações, as quais, resultam em um acampamento, que pode ser dentro de fazendas ou em beiras de estradas. O acampamento não deve ser compreendido como uma etapa sem importância na luta. O período do acampar é o momento em que o sujeito está comprometido de forma direta com os conflitos pela terra, que podem ser marcados, por enfrentamentos com a polícia ou com latifundiários, além de ser um momento de intensas dificuldades relacionadas com a precariedade na alimentação e necessidades básicas. Contudo, é de extrema importância para o trabalhador preparar-se para o assentamento, pois enquanto acampado, recebe inúmeras informações referentes a formação política, tais como: assembleias, manifestações, socialização de ideias entre os camponeses, troca de experiências, (como aprender a plantar determinado produto, colher) e debates. Isso tudo faz do camponês um

sujeito político, tornando-o mais crítico. Essa organização permanece mesmo depois de conquistada a terra nos assentamentos.

No Estado do Paraná o assentamento Ander Rodolfo Henrique, resultou na compra pelo Governo Federal, da fazenda Comil, desapropriada em 2003, no município de Diamante do Oeste, que segundo o IBGE (2010), possui uma área de 309 Km² e uma população de 5.027 habitantes, dos quais 50% vivem na área urbana.

A organização dos Sem Terra que conquistaram o assentamento, teve início em diversos acampamentos da região, porém a ocupação da fazenda Cajati em Cascavel, foi o local onde concentrou um maior número de famílias oriundas de cidades vizinhas, assim como do Paraguai. A ocupação da Cajati iniciou-se em 1999 e durou de 4 a 5 anos somando um total de 3 mil pessoas, distribuídas em 1.560 famílias. No entanto, essas famílias sofreram dificuldades quanto a desapropriação desta área, e então, decidiram ocupar a fazenda Comil em Diamante do Oeste (PR), em setembro de 2001, que estava com problemas na justiça devido ao não cumprimento da Legislação Ambiental, portanto era um imóvel com maior possibilidade de negociação.

Os membros do movimento ficaram acampados às margens da rodovia PR 488 próximo a estrada da fazenda Comil, durante o período de um ano. Em 2002 o filho de uma das famílias acampadas, foi morto na beira da PR por atropelamento, ele tinha cinco anos e chamava-se Anderson Rodolfo Henrique, o que resultou no nome do assentamento. Diante desta tragédia, como uma atitude de protesto e pressão, as famílias resolveram ocupar a fazenda. No entanto, elas se reuniram em torno da sede, não ocuparam toda a área, esperaram o processo de desapropriação e a divisão dos lotes pelo INCRA. Após esta ocupação, houve várias negociações para a desapropriação da área, até que em 5 de setembro de 2003, 108 famílias foram assentadas. As famílias que receberam terras planas, ficaram com 4 alqueires¹ e os que receberam terras com o relevo ondulado, 8 alqueires, formando o assentamento Ander Rodolfo Henrique.

Tratando-se do assentamento Antonio Companheiro Tavares, sua história inicia-se com a desapropriação da Fazenda Mitakoré. A fazenda está situada em localização privilegiada, à beira da BR 277, em frente ao Posto de Pedágio de Santa Terezinha de Itaipu, aproximadamente 20 quilômetros de distância do município de Foz do Iguaçu e 10 de São Miguel do Iguaçu².

A Fazenda Mitakoré, hoje assentamento Antonio Companheiro Tavares, praticava a exploração agrícola, voltada para o agronegócio e para o trabalho assalariado, reconhecida como “Fazenda modelo” da região Oeste do Paraná. Durante a década de 1980, era

¹ Um alqueire equivale a 2,42 hectare, ou seja, 24.200 m².

² O município de São Miguel do Iguaçu possui segundo o censo demográfico do IBGE (2010), uma população de 25.768 habitantes, sendo 16.485 residentes urbanos e 9.284 residentes rurais.

propriedade do político paranaense José Eduardo de Andrade Vieira, conhecido como Zé Eduardo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Esta fazenda ganhou diversos prêmios internacionais de produção de grãos, principalmente por produzir girassol, soja e aveia.

Segundo fontes do Plano de Desenvolvimento Agrário do Assentamento (PDA) (2005), devido ao grande número de dívidas contraídas pelo político londrinense, a Fazenda Mitakoré foi “expropriada” na década de 1990, pelo Banco Bamerindus – entidade bancária a qual Zé Eduardo tinha hipotecado a propriedade; esse banco, porém, veio a ser liquidado pelo Banco Central, como parte de uma dívida que havia contraído com os cofres da União. O Banco Bamerindus foi fundado pela família do ex-senador paranaense Zé Eduardo que era seu presidente e posteriormente foi vendido ao HSBC.

Dessa forma, várias foram as indagações sobre o destino da fazenda, umas delas era que a área da Mitakoré, seria leiloada ou direcionada pela União para outras atividades, como pesquisa ou exploração agrícola convencional. Diante dessa conjuntura, o MST viu na área a possibilidade de realizar mais um assentamento, dando assim à fazenda uma função social que até então não era cumprida. O histórico de luta se iniciou em seis de agosto de 1997 quando um grupo de 380 famílias, vinculadas ao MST, ocuparam parte da propriedade acampando perto do Pedágio e também em seu interior.

Após três anos acampados próximos ao pedágio, as famílias resolveram ocupar a totalidade da área, inclusive a sede da fazenda, para estimular uma desapropriação. Mesmo ocupando a sede, a destinação da área para assentamento só foi liberada dois anos depois. Foram cinco anos (1997 a 2002), de resistência no acampamento para somente em outubro de 2002, ser desapropriada, momento no qual a área passou a chamar-se Assentamento Antonio Companheiro Tavares.

A área total do assentamento é de 1.098,91 hectares, com 81 famílias assentadas, sendo que cada uma possui em média 10 hectares. O assentamento recebeu esta denominação de Antonio Companheiro Tavares, em homenagem a um trabalhador rural que foi morto em conflito, no dia 02 de maio de 2000, a caminho de Curitiba.

Este dia ficou marcado na luta pela Reforma Agrária, pois 185 pessoas ficaram feridas no conflito e Antonio Tavares Pereira, companheiro de luta, morto. O conflito aconteceu com a Polícia Militar do Paraná, em Campo Largo, região metropolitana de Curitiba.

O Trabalho e a participação das mulheres nos assentamentos Ander Rodolfo Henrique e Antonio Companheiro Tavares no Paraná

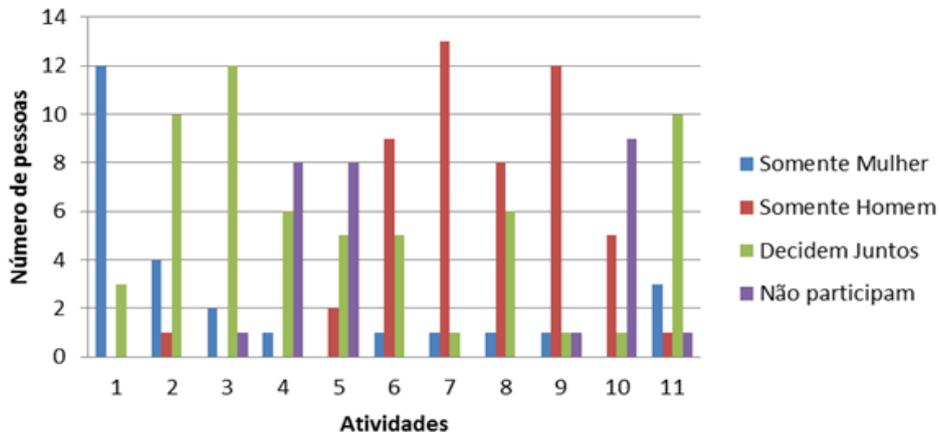
A partir das décadas de 1970/80 as mulheres camponesas do Brasil começaram a se organizar em movimentos de mulheres, nos sindicatos, em associações, lutando pelos

seus direitos. Por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conseguiram alguns resultados a seu favor, como o auxílio no combate às formas de discriminação, criação de um setor de discussão de gênero dentro do movimento, maior participação em setores, grupos, assembleias e encontros, dentre outras conquistas. Com base nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi identificar e analisar o trabalho das mulheres em ambos os assentamentos, especificamente no âmbito do lote, em atividades comerciais e domésticas, buscando contribuir para a visibilidade do trabalho das mulheres no campo.

A (Figura 1) mostra a participação das mulheres do assentamento Ander Rodolfo Henrique em atividades no âmbito do lote como plantio de culturas, compra e venda de produtos, atividades domésticas, manejo de animais e participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Dentre as 15 mulheres entrevistadas 80% realizam os serviços domésticos sozinhas. Cuidados com a horta e o pomar (26,7%), ordenha (20,0%) e atividades com animais domésticos (13,3%), são também realizadas de forma expressiva pelas mulheres sem a ajuda dos homens.

Sozinhas possuem menor participação (6,7%) no plantio de culturas, na compra e venda de produtos tanto para o lote como para a roça e na venda de animais. 53% não participam de atividades relacionadas com o PAA (plantio/colheita e venda de produtos) e outras 60% não manejam gado de corte. De forma mais expressiva mulheres e homens realizam atividades na horta e no pomar (66,7%), com animais domésticos (80%) e com ordenha (66,7%). O homem mais especificamente realiza a compra e venda de produtos para a roça (86,7%), a venda de animais (80%) e o plantio de culturas (60%). Nenhum dos maridos ou filhos das entrevistadas decidem sozinhos questões associadas aos serviços domésticos e no plantio e colheita de produtos para o PAA.

Figura 1. Participação da mulher no trabalho do lote e em atividades comerciais no assentamento Ander Rodolfo Henrique



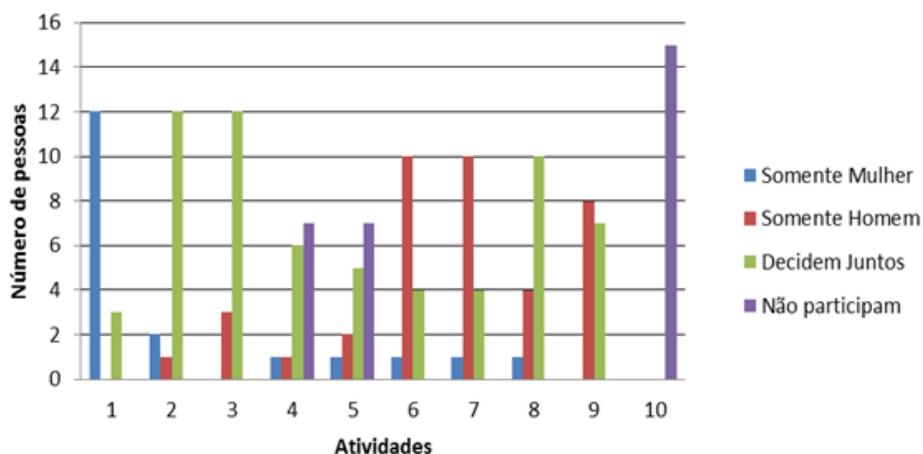
- 1 - Serviços domésticos
- 2 - Horta e pomar
- 3 - Animais domésticos
- 4 - PAA (plantio e colheita)

- 5 - PAA (venda)
- 6 - Plantio de culturas
- 7 - Compra e venda/insumos p/ roça
- 8 - Compra e venda/insumos p/ lote

- 9 - Venda de animais
- 10 - Manejo bovino
- 11 - Ordenha

A (Figura 2) mostra as mesmas atividades supracitadas, para as mulheres assentadas em Antonio Companheiro Tavares. Assim como no Ander Rodolfo Henrique 80 % das mulheres realizam os serviços domésticos sozinhas. Atividades realizadas juntamente com seus companheiros são predominantemente aquelas relacionadas com a horta/ pomar e atividades com animais domésticos (80 %).

Figura 2. Participação da mulher no trabalho do lote e em atividades comerciais no assentamento Antonio Companheiro Tavares



- 1 - Serviços domésticos
- 2 - Horta e pomar
- 3 - Animais domésticos
- 4 - PAA (plantio e colheita)

- 5 - PAA (venda)
- 6 - Plantio de culturas
- 7 - Compra e venda/insumos p/ roça
- 8 - Compra e venda/insumos p/ lote

- 9 - Venda de animais
- 10 - Manejo bovino
- 11 - Ordenha

A compra de produtos para o lote (66 %), atividades de plantio e colheita (40.0 %), assim como atividades relacionadas com a venda de produtos (33,3 %) junto ao PAA, também são realizadas juntamente com o marido. Nenhuma das entrevistadas nem seus maridos manejam bovinos para corte. Neste assentamento as mulheres não participam da ordenha sozinhas. E atividades como plantio de culturas e compra e venda de produtos para a roça, são os homens que realizam de forma mais expressiva (66,7 %), assim como a venda de animais (53%).

A partir dos dados das Figuras 1 e 2 verifica-se que em ambos os assentamentos, 80% das mulheres entrevistadas realizam atividades domésticas sozinhas e não executam de forma expressiva atividades relacionadas com a compra e venda ou plantio de produtos, além da venda de animais. De modo geral, as tarefas que as mulheres mais realizam são as relacionadas com a casa, o quintal, com animais domésticos, preparo de produtos para o PAA e ordenha. Ao homem cabe as atividades mais relacionadas com o planejamento do lote, com o que gera renda, detendo o poder de decidir o que será plantado e vendido.

Essa análise corrobora com a pesquisa de Sartre et.al (2013), que realizou estudo sobre a difícil autonomização das tarefas das mulheres camponesas, mais especificamente no sudeste paraense, no qual, identificou que as grandes decisões que poderíamos chamar de estratégicas são da responsabilidade do marido, que pode até consultar a sua esposa, não significando que o ponto de vista da mesma possa levá-lo a reavaliar a sua decisão. O marido assegura a produção dos grãos e do gado, além de se encarregar da derrubada de mata ou preparo da terra para plantar. A mulher cuida, em primeiro lugar, das tarefas domésticas de limpeza e confecção das refeições, bem como dos pequenos animais e, quando tiver, do quintal.

Foi possível identificar tal situação a partir da fala da assentada Marlei do assentamento Ander R. Henrique, que reside no mesmo lote do sogro e sogra, juntamente com o marido, quando questionada sobre quais atividades costuma executar no lote.

Na verdade, nós aqui é tudo entre família que a gente pensa né. Na verdade é planejado assim o básico. Vai plantar mandioca, na verdade é mais as palavras dos homens, a gente mais obedece né. Mas assim se eu decidir, por exemplo, quero plantar um pé de melancia, então a gente vai lá e planta, quero planta um melão, vai lá e planta, quero plantar um alho, alguma coisa. Se não tem semente, então a gente vai atrás de semente e vai e planta, então, a decisão sempre mais é dos homens né, mas é planejado de todo mundo as vezes. (Marlei, moradora do assentamento Ander R. Henrique).

Em relação aos cuidados com o embelezamento do quintal, com o planejamento da horta e o pomar, Marlei, ao ser questionada se essas atividades são as mulheres que

realizam, afirma que, “aqui na verdade acho que é né, minha sogra e eu que planeja isso”. (Marlei, moradora do assentamento Ander R. Henrique).

Pelo depoimento de Marlei é possível verificar que as mulheres tomam decisões quanto aos produtos básicos destinados ao autoconsumo da família, como mandioca, melancia, melão e alho além de organizarem a semeadura de determinados produtos, ou seja, ficam com as tarefas dos arredores do lote. Entretanto, não costumam fazer o que gera uma renda maior para a família, como por exemplo, decidir o que plantar em toda a terra que possuem. Na fala da mesma entrevistada fica subentendido, que para realizar tais tarefas é necessário ter a permissão, o consentimento do homem e que a opinião da mulher quanto ao planejamento é levada em consideração somente às vezes. Essas tarefas que Marlei realiza no lote são consideradas “especificamente femininas” e não são necessariamente consideradas como “trabalho” sendo consideradas como mera “ajuda”.

Wedig e Menasche (2013), ao pesquisarem práticas alimentares entre camponeses enfocando relações de gênero na região do Vale do Taquari no Rio Grande do Sul, também identificaram que a horta e o quintal são espaços de cultivo do qual ficam encarregadas as mulheres. É ali que, em geral, elas plantam a maior parte dos alimentos utilizados na cozinha e que são para o autoconsumo. Esse espaço é completado com um cantinho da roça, onde se produz feijão, cana-de-açúcar, aipim, batata-doce e amendoim para o consumo familiar. Já as lavouras comerciais estão, na maior parte dos casos, sob responsabilidade do pai de família – apenas em casos raros, quando não há homens na família, a mulher pode vir a assumir esses compromissos.

Sobre essa questão, Garcia Jr. (1993) aponta que a tarefa de plantar desempenhada pelas mulheres no roçado, é considerada trabalho se comparada com suas atividades domésticas, porém, se comparada com as atividades masculinas no roçado, plantar não é considerado trabalho. Neste sentido a qualificação do trabalho feminino é relacional, recebendo, muitas vezes, uma dupla avaliação.

Estudos realizados sobre a divisão sexual do trabalho na agricultura apontam que as mulheres têm ocupado uma posição de subordinação à autoridade centralizada do marido, razão pela qual seu trabalho é, em muitos casos, definido como ajuda, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens e realizam as mesmas atividades (BRUMER, 2004).

Na divisão sexual das atividades, a responsabilidade pelo trabalho considerado produtivo (produção destinada à comercialização) é usualmente incumbência masculina, enquanto o trabalho reprodutivo (cuidado com as crianças, com a casa, preparação da comida), é considerado de responsabilidade das mulheres. Sendo menos reconhecido, o trabalho feminino permanece marcado por certa invisibilidade (BRUMER; ANJOS, 2008).

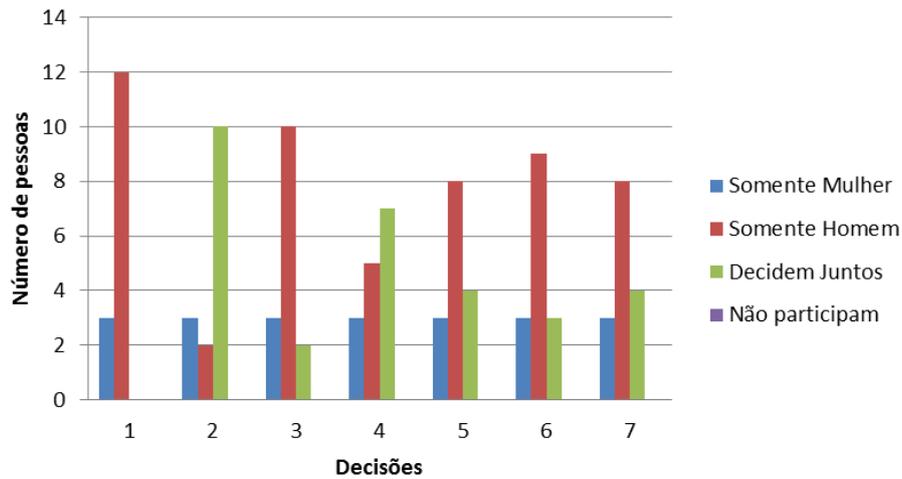
Em geral, as mulheres de ambos os assentamentos estão mais vinculadas ao ambiente familiar e doméstico e os homens mais centrados na produção e no espaço público. Entretanto, as mulheres também estão inseridas em outras atividades no contexto rural, como as relacionadas com a horta, limpeza da terra (capinar) e colheita, seleção, processamento e embalagem de produtos agrícolas, entre outras tarefas, o que confere a elas um grande passo para o empoderamento, pois estão à frente de trabalhos que os homens não costumam realizar sozinhos e que são de extrema importância para a alimentação da família e a venda de excedentes. Por meio da fala de Nadir, pode-se verificar como é a divisão de trabalho no PAA.

(...) tudo o que tem em cima do lote a gente vende, por exemplo, a banana. A gente vende a banana, até a maçã, quando ela produz bem a gente entrega também. A gente prepara e entrega. Eu meu esposo e esse menino aí, mão de obra não tem porque é difícil né, então a família que trabalha aqui. Hoje mesmo a gente entregou 100 pés de alface e uns 10 ou 12 quilos de cebola, já deixei pronto e ele já foi levar. (Nadir, moradora do assentamento Ander R. Henrique).

Nota-se que o processo de produção dos alimentos (plantio, colheita, lavagem, embalagem) destinados ao PAA é realizado por todos os membros da família, mais expressivamente pelas mulheres. O homem se encarrega do transporte e do recebimento do dinheiro. Mais uma vez constata-se que o homem atua na esfera do espaço público da comercialização e a mulher permanece reservada ao espaço privado do lar. Porém, a decisão do que será destinado ao PAA é um campo em que os homens não participam, o que confirma a ideia do empoderamento feminino.

Quanto aos membros da família que são responsáveis por tomadas de decisões no âmbito do lote no assentamento Ander Rodolfo Henrique, a (Figura 3), evidencia que todas as entrevistadas participam de todas as decisões. Somente 20% das mulheres são donas dos lotes. 20% das mulheres decidem sozinhas questões referentes à compra e venda dos produtos agrícolas ou animais, o que será plantado e quanto à realização de um financiamento agrícola. Junto com o marido decidem predominantemente quanto a distribuição dos serviços no lote (66,7%), e secundariamente o que será plantado (46,7%) e como se dará a compra e venda das culturas e dos animais (26,7%). Dentre as decisões consultadas, as mulheres têm menor poder de decisão em questões relacionadas com a realização de um financiamento agrícola.

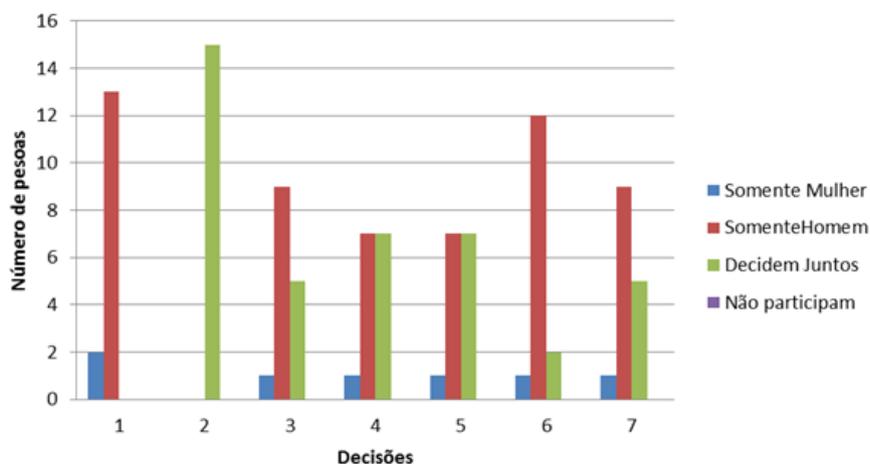
Figura 3. Membro (s) da família responsável (is) pelas decisões no âmbito do lote no assentamento Ander Rodolfo Henrique



Na Figura 4 são apresentadas a porcentagem das diferentes decisões tomadas pelas mulheres assentadas em Antonio Companheiro Tavares, sendo que aqui, 13,3% são donas dos lotes. Nenhuma das entrevistadas toma decisões sozinhas a respeito da distribuição de serviços no lote, decisão essa sempre realizada em comunhão com o marido. À exceção dessa última, em todas as demais decisões consultadas (6,7 %) as mulheres participam sozinhas. O que será plantado no lote, a compra e venda de culturas (46,7 %), seguido de quem realizará o financiamento agrícola e quem irá comprar e vender os animais (33,3 %) são as decisões mais realizadas em conjunto com os homens.

- | | |
|---------------------------------|--------------------------------|
| 1 - Dono do lote | 5 - Compra e venda de culturas |
| 2 - Distribuição dos serviços | 6 - Compra e venda de insumos |
| 3 - Financiamento agrícola | 7 - Compra e venda de animais |
| 4 - O que será plantado no lote | |

Figura 4. Membro (s) da família responsável (is) pelas decisões no âmbito do lote no assentamento Antonio Companheiro Tavares



- | | |
|---------------------------------|--------------------------------|
| 1 - Dono do lote | 5 - Compra e venda de culturas |
| 2 - Distribuição dos serviços | 6 - Compra e venda de insumos |
| 3 - Financiamento agrícola | 7 - Compra e venda de animais |
| 4 - O que será plantado no lote | |

Observa-se que em ambos os assentamentos, as mulheres decidem juntamente com os homens grande parte das atividades analisadas. Isso reflete diretamente no fato de que as mulheres cada vez mais participam de atividades diversas no ambiente do lote, inclusive desenvolvendo serviços anteriormente somente destinados aos homens. Isso se confirma através da fala de uma assentada: “A gente faz de tudo um pouco. Mexe com gado, planta, tira o leite, mexe com os porcos, galinhas, são essas as atividades que nós temos”. (Tatiana, moradora do assentamento Antônio Companheiro Tavares).

Medeiros (2008), ao referir-se a um estudo de gênero realizado no Pontal do Paranapanema, pelas autoras Melo; Cappellin; et. al (2008) afirma que, apesar de uma trajetória bastante marcada pela instabilidade, após o assentamento, a capacidade de decisão das mulheres é bem menor do que sua participação efetiva na produção. Destaca inclusive, que o discurso que pode estar escamoteando esta diferença é a declaração recorrente de que “ambos decidem tudo”, “ambos trabalham”, “ambos discutem”. Mas, a palavra final muitas vezes é só dos homens. As autoras interpretam o uso do termo “ambos” como uma primeira sinalização de uma mudança no tradicional comportamento masculino, agora admitindo uma parceria, mas não como uma mudança efetiva de práticas sociais arraigadas no patriarcado.

Parte das mulheres do assentamento Ander R. Henrique decidem sozinhas quanto a distribuição dos serviços nos lotes. Os serviços são todas as atividades relacionadas com o lote (quem vai tirar o leite, quem vai plantar, colher, capinar, etc.). Essa evidência ajuda a

explicar o fato de que essas mulheres realizam atividades sozinhas, tais como ordenha, cuidados com animais e cuidados com a horta. Provavelmente quando da tomada da decisão, as mulheres desse assentamento escolhem realizar essas atividades devido ao maior poder de participação nessas questões e também porque algumas moram sozinhas no lote. As mulheres do Ander R. Henrique também opinam sobre a realização de financiamentos agrícolas.

Apesar de em ambos os assentamentos as mulheres participarem de forma semelhante quanto à decisão do plantio no lote. No entanto, as mulheres do Antonio Companheiro Tavares participam mais na compra e venda de culturas. Essas também possuem maior decisão quanto a quem compra e vende os animais, enquanto as mulheres de Ander Rodolfo Henrique decidem mais quanto à compra de insumos agrícolas.

Apesar do exposto, os homens são preponderantes nas tomadas de decisões, que são a distribuição de serviços, financiamento agrícola, compra e venda de culturas, insumos e animais. É muito pequena a participação individual das mulheres nessas decisões, no assentamento Ander (20%) e no assentamento Antonio Tavares (menos de 20%).

Sobre essa questão, Marli, argumenta que,

Nós dois trabalhamos com a produção de leite. Nós se ajudamos bastante, em casa, ele ajuda a fazer pão, lavar roupa e tudo né. Mas eu, que nem na roça, não vou. Que nem colher melancia que é pesado, ou mexer com galpão, estrutura pesada, não vou também. Nem comprar as coisas pras vacas eu não vou, prefiro corta o pasto, na hora de fazer os negócios da roça ele também se vira, mas a gente divide bastante as tarefas (Marli, moradora do assentamento Antônio Companheiro Tavares).

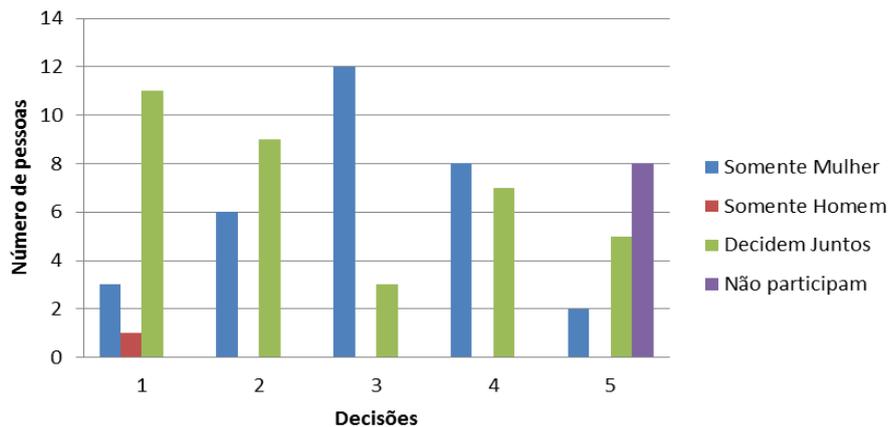
Através da fala de Marli, verifica-se que a mesma considera como divisão de tarefas a ajuda do homem em algumas atividades domésticas. Isto é importante, porém, aponta para uma conseqüente exclusão de sua participação nos domínios que envolvem decisões quanto à comercialização e/ou produção dos produtos, financiamentos, entre outras.

Melo; Cappellin; et al. (2008) relataram que o fato de a mulher trabalhar é extremamente importante para a renda familiar, mas as decisões quanto a definição das despesas (totais) são diretamente tomadas pelos homens em qualquer dos níveis de renda. Tanto os mais pobres quanto os mais abastados têm uma visão tradicional do papel feminino e a única concessão que fazem é admitir a parceria. Essa concessão é dada pela resposta de que “ambos” decidem o que plantar, sobre o pedido de financiamento e até sobre a educação dos filhos.

A (Figura 5) mostra a participação das mulheres em decisões no âmbito doméstico no assentamento Ander R. Henrique. Sozinhas decidem o que deve ser plantado no quintal

(80%) e quais produtos devem ficar para autoconsumo (53,3%). Tem menor participação no que será destinado ao PAA (13,3%) e quais animais serão criados (20,0%). São decididos com o marido, os animais a serem criados (73,3%), os gastos domésticos (60,0%) e os alimentos que ficarão para consumo (46,7%). A única decisão tomada sozinha pelo homem diz respeito a quais os animais que serão criados (6,7%). Apesar de realizada em conjunto, o que será destinado ao PAA também tem uma boa parcela de contribuição do homem.

Figura 5. Membro (s) da família responsável (is) pelas decisões no âmbito doméstico no assentamento Ander Rodolfo Henrique



1 - Animais domésticos criados

2 - Gastos domésticos

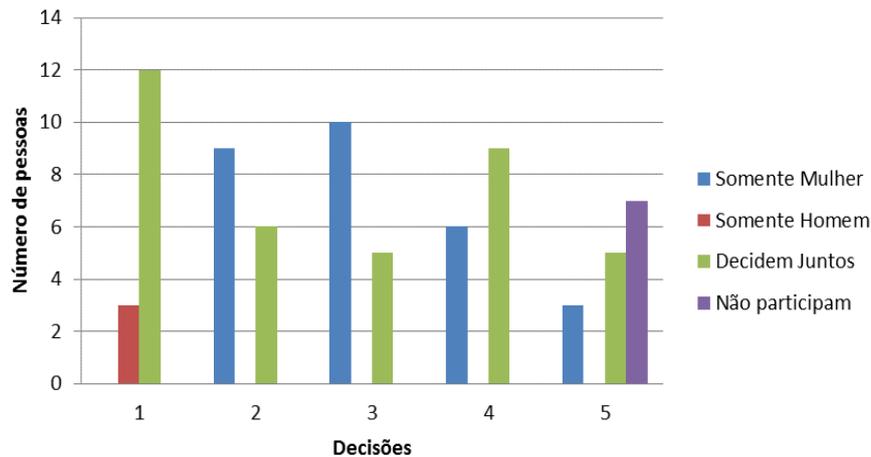
3 - O que deve ser plantado no quintal

4 - O que deve ficar para autoconsumo

5 - O que será destinado ao PAA

Na (Figura 6) é apresentada a distribuição de decisões no âmbito doméstico realizadas pelos membros das famílias do assentamento Antônio Companheiro Tavares. Nenhuma mulher decide sozinha quais os animais que serão criados, decisão essa tomada em conjunto com os homens. O que deve ser plantado no quintal (66,7 %), os gastos domésticos a serem realizados (60,0 %) e o que deve ficar para autoconsumo (40,0 %) são as decisões mais realizadas sozinhas pelas mulheres. Decisões quanto aos animais a serem criados (80,0 %), os produtos para autoconsumo (60,0 %) e os gastos a serem realizados (40,0 %) são as decisões mais tomadas juntamente com os homens. Quanto ao que será destinado ao PAA, (20%) das mulheres tomam essa decisão sozinha e outras (30,3 %) contam com a ajuda do homem.

Figura 6. Membros (s) da família responsável (is) pelas decisões no âmbito doméstico no assentamento Antonio Companheiro Tavares



1 - Animais domésticos criados

2 - Gastos domésticos

3 - O que deve ser plantado no quintal

4 - O que deve ficar para autoconsumo

5 - O que será destinado ao PAA

Dentre todos os parâmetros analisados, a participação sozinha do homem acontece somente no momento de decidir quais os animais a serem criados, nos dois assentamentos estudados. Isso demonstra mais liderança da mulher nas decisões da esfera doméstica. As mulheres do Ander Rodolfo Henrique tomam mais decisões relacionadas com os gastos domésticos (alimentação, vestuário, compra de móveis), o que deve ser plantado no quintal e o que deve ficar para o autoconsumo, assim como as mulheres do Antonio C. Tavares.

Valenciano (2006) analisando as distribuições de tarefas vinculadas aos papéis sociais-sexuais deixa claro a hierarquização dos mesmos, isto é, da produção (trabalho assalariado, mantenedor da família) e da reprodução (trabalho doméstico, esfera do lar). Tanto pela origem simbólica, quanto pela forma de organização patriarcal da sociedade, a distribuição dos papéis obedece à relação mulher-mãe, homem-provedor.

A partir da fala de uma assentada, pode-se verificar essa relação de mulher-mãe: “eu, faço de tudo, mais se é para ir pra fora, eu não gosto não, prefiro ficar em casa, ainda mais que tenho os filhos para mandar pra escola, prefiro ficar por aqui, cuidando das vacas”. (Terezinha, moradora do assentamento Ander Rodolfo Henrique).

Além desse papel socialmente atribuído de mulher-mãe, tem o fato de que a mulher tende a conservar a biodiversidade, pois enquanto os homens pensam em grande escala e preocupam-se mais com questões relacionadas à renda e ao comércio, as mulheres já são mais encarregadas da reprodução cotidiana da vida, pois conhecem a necessidade do lar e diversificam a produção de alimentos na propriedade. No mais, ainda possuem uma

preocupação especial com as sementes em geral e com as sementes crioulas, pois sempre estão procurando uma forma de guardá-las e conservá-las.

Para Carvalho (2005) ao mesmo tempo em que se resgatam sementes crioulas estão sendo recuperados saberes, espaços socioculturais, ritos, mitos e significados. A assentada Neusa, possui essa preocupação com o cuidado das sementes, “eu sempre guardo as sementinhas, tem semente aqui, que nem as de ervilha, que eu peguei com a vizinha, desde que a gente veio morar”. (Neusa, moradora do assentamento Antônio Companheiro Tavares).

Quanto ao que será destinado ao PAA, as mulheres do Ander R. Henrique participam menos das decisões do que as do outro assentamento, mas em ambos os locais a questão é definida juntamente com os maridos. Siliprandi e Cintrão (2011), ao realizarem pesquisa sobre as mulheres agricultoras e sua participação no PAA, constataram que, em âmbito nacional, os resultados apontam para um baixo percentual de mulheres com os nomes nos contratos do PAA.

As referidas autoras, afirmam que parte do “anonimato” das mulheres no programa, foi atribuída à “questão cultural”, que “esconde” as mulheres no espaço doméstico, sendo os homens os “representantes da família” nos espaços públicos. O argumento é que, apesar de estarem “anônimas” e “escondidas”, as mulheres que participam do PAA têm poder de decisão no espaço privado, mas nos espaços públicos a autoridade é dos homens, que representam formalmente a família.

Em ambos os assentamentos aproximadamente 50% das entrevistadas não participam do PAA. Este fato está relacionado com problemas quanto a certificação do lote na rede de Agroecologia ECOVIDA e também com o atraso de pagamentos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa (Copercam) às famílias que já possuíam o PAA, o que acarretou a saída das mesmas desse programa.

Uma das vantagens que as assentadas relatam possuir por estarem associadas com o programa está no fato da aplicação de preços aos produtos produzidos no lote, onde no comércio normal, tal tarefa é complicada devido à dificuldade de estipulação de um preço que satisfaça tanto o produtor como o comerciante. Outra vantagem apontada pelos assentados está relacionada com o fato de poderem escoar a produção.

Mesmo com o PAA paralisado por algum tempo e com atrasos nos pagamentos, alguns assentados ainda continuam cadastrados no programa, assim como os que entregam produtos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PAA também possibilita mais autonomia para as mulheres que o aderem, por meio dele, elas conseguem obter renda e comercializar seus produtos. Geralmente essas mulheres destinam ao

programa, pães, polpas de frutas, frangos, hortaliças, frutas, ou seja, produtos provenientes das atividades que realizam no âmbito doméstico do lote.

Essas atividades muitas vezes são consideradas uma ajuda ao trabalho do homem, por não gerarem renda e sim o autoconsumo da família, entretanto com o PAA isso mudou, devido as tarefas anteriormente citadas, que são consideradas “típicas de mulheres”, ganharem maior importância, pois podem ser comercializadas. Este processo garantiu mais visibilidade para o trabalho feminino, tanto que os homens não decidem sozinhos o que deve ser destinado ao programa. Segundo a assentada Maria, “a vantagem do PAA é que você pode plantar as coisas e tem facilidade para vender, porque na horta, com as frutas é mais fácil para a mulher trabalhar também” (Maria, moradora do assentamento Ander Rodolfo Henrique).

Diante dessas considerações, entendemos que a agricultura camponesa consiste na luta constante por autonomia, frente o avanço do capitalismo no campo e a terra, representa, igualmente, a base de sobrevivência para o camponês, não só no sentido material, mas também simbólico. O modo de vida camponês e em especial o trabalho das mulheres, constituem-se como indispensáveis para a sustentabilidade rural, para o desenvolvimento da agroecologia e para a resistência da família na terra. Embora ainda seja necessária a inclusão das mulheres em muitos espaços decisórios nos assentamentos pesquisados, as políticas públicas como o PAA, PNAE, a agroecologia e as diversas atividades que as mulheres realizam, tanto reprodutivas como as produtivas, lhes conferem um crescente empoderamento.

Considerações Finais

Nos assentamentos pesquisados procuramos compreender as relações de gênero e quais são os espaços de subordinação e invisibilidade das mulheres e os espaços de empoderamento e valorização.

Foi possível verificar que os caminhos que as mulheres trilharam para conquistar as terras dos assentamentos foram marcados por inúmeras dificuldades, dentre elas, moradia, alimentação e renda. Essas situações ocorreram desde a época de acampadas, até os primeiros anos de assentadas. No entanto, o aprendizado adquirido no período de acampadas, principalmente, foi fundamental para constitui-las enquanto sujeitos políticos na luta pela terra.

Com relação aos dados apresentados sobre ambos os assentamentos foi possível verificar que, de modo geral, tratando-se da participação das mulheres no trabalho do lote, seu poder de decisão está mais relacionado com os serviços domésticos, horta, pomar, ordenha, processamento de produtos, animais domésticos e quintal. Já as atividades

comerciais, em ambos os assentamentos, são realizadas de forma expressiva pelos homens, principalmente as relacionadas com plantio e venda de culturas, compra de insumos, compra e venda de animais e decisão quanto aos financiamentos.

Isso permite compreender que as mulheres estão mais vinculadas às atividades reprodutivas, da esfera do lar e de seus arredores e que não têm poder de decisão nos espaços que envolvem renda e comercialização dos produtos.

Entretanto, entendemos que não são as mulheres que preferem ou querem ficar no espaço privado, são as relações de dominação patriarcal e machistas que as colocam como inferiores ou dependentes dos homens. Mesmo ficando em segundo plano na hora de decidir com relação às atividades comerciais, as mulheres trabalham muito, tanto em tarefas produtivas quanto nas reprodutivas e também são sujeitos do seu próprio espaço de produção, que é o quintal, a horta, o pomar, os animais domésticos e o processamento de alimentos para autoconsumo e comercialização. Essas são atividades de extrema importância para a complementação da renda familiar, garantem a segurança alimentar, além de não agredirem o meio ambiente, pois são pautadas na não utilização de agrotóxicos, o que ainda pode promover a transição para a agroecologia.

As mulheres, por meio de suas narrativas, reconhecem-se como parte fundamental para a organização do lote, do assentamento em geral, além de terem desempenhado papel de extrema importância nos acampamentos. Essas atitudes refletem no seu crescente empoderamento e seu relevante papel para a permanência da família na terra.

Mas, para que o processo de empoderamento continue é necessário criar medidas para conscientizar homens e mulheres, dentre elas, apontar que o sexismo, o machismo e a submissão são maneiras de pensar ou práticas culturais que foram naturalizadas, pela sociedade burguesa e patriarcal, por religiões, sistemas educacionais, dentre outros que colocam as mulheres como inferiores aos homens. Dessa forma, as medidas para conquistar o empoderamento, são várias, dentre elas, formação política destes sujeitos, mobilizações políticas, organizações de mulheres para promover trocas de experiências e enfrentamentos com as tradicionais estruturas sociais de dominação, dentre outras questões, como as apontadas por León (1997, apud SCHEFLER, 2013, p. 11), “(...) autonomia no controle do seu corpo, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir bem como um rechaço ao abuso físico e às violações”.

Ainda segundo a referida autora a abordagem de empoderamento, representa um desafio às relações patriarcais e aos privilégios de gênero e, por conseguinte, admite relações de poder, oposições e conflitos e seus desdobramentos os quais podem desencadear processos de mudança reveladores de outras dimensões vividas pelas pessoas e grupos sociais. Segundo esta visão, o empoderamento compreende um processo

da conquista da autonomia por parte das mulheres que tem aspectos tanto coletivos quanto individuais.

Também é necessário frisar, que no meio rural, ainda permanece a ideia de família nuclear, onde o homem é considerado o “chefe” da família e quando marido, na maioria dos casos, o responsável pelo lote, ficando o trabalho das mulheres, como já afirmado, uma ajuda. Essa reprodução de valores patriarcais deve ser desconstruída, pois promove a desvalorização do trabalho das mulheres, que muitas vezes, são encarregadas de atividades importantes, como as que são fonte de alimentação para a família. Dessa forma, é necessário tornar visível a participação das mulheres em todas as tarefas do lote, reprodutivas, produtivas, de liderança ou militância e que, políticas públicas destinadas às mulheres continuem sendo desenvolvidas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para mulheres, dentre outras.

Referências

- BONI, Valdete; BOSETTI, Cleber José. **Agricultura Familiar e Campesinato: Qual desenvolvimento rural?** In: Simposio de Estudios del Desarrollo. Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y ambiental. 2013, Santiago de Chile. Universidade de Santiago de Chile. p. 1-20.
- BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul.** Estudos Feministas, Florianópolis (SC), v. 12, n. 01, 2004.
- BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: **Mulheres na Reforma Agrária: A experiência recente no Brasil.** LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea. Brasília: MDA, 2008.
- DEERE, Carmen Diana. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, vol. 12, n.1, 2004.
- FURLIN, Neiva. A perspectiva de gênero no MST: Um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, Delma P; MEDEIROS, Leonilde, S. (orgs.). **Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Niterói. Alternativa, 2013.
- GARCIA, Júnior, A. R. **Terra de trabalho.** RJ, Paz e Terra, 1993.
- IBGE. **Censo Demográfico.** 2010.
- PDA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Antonio Companheiro Tavares.** AMBIENSS, 2005.
- LEÓN. Magdalena. Poder y empoderamiento de las mujeres. Región y Sociedad, v. XI, n. 18, 1999, Bogotá, Tercer Mundo Editores, Fondo de Documentación Mujer y Género de la Universidad de Colombia, 1997. Disponível em: <oficha.com/Project/etex/colzon/18/18_8>. Acesso em: 23 jun. 2013. In: SCHEFLER. Maria de Lourdes N. (org.). **Gênero, autonomia econômica e empoderamento. O real e o aparente: Sistematização de processos de**

investigação-ação e/ou de intervenção social. Revista Feminismos. Vol. 1, N.3 Set – Dez, 2013.

MEDEIROS, Leonilde. Servolo. Assentamentos rurais e gênero tema de reflexão e pesquisa. In.: In: LOPES, Adriana L; BUTTO, Andrea (orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária: A Experiência Recente no Brasil**. Brasília: MDA, p. 81-151. 2008.

MELO, Hildete Pereira de; CAPPELIN, Paola; CASTRO, Elisa Guaraná. Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: nas relações entre as mulheres e os homens. O caso do Pontal de Paranapanema. In: LOPES, Adriana L; BUTTO, Andrea (orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária: A Experiência Recente no Brasil**. Brasília: MDA, p. 81-151. 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

PINTO, Céli. R. J. **Feminismo, História e Poder**. Revista Sociologia Política, Curitiba, v.18, n. 36, p. 15-36, jun, 2010.

SARTRE, Xavier Arnaud de; FLORENTINO, Laurence, Granchamp. O “bom” casamento em áreas de fronteira ou a difícil autonomização das “tarefas” femininas em área de fronteira. In: NEVES, Delma P; MEDEIROS, Leonilde, S. (orgs.). **Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói. Alternativa, 2013.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A Participação da Mulher na Luta pela Terra: Dilemas e Conquistas. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULO Maria Ignez (orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo, UNESP, 2009.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol.20, n.2, jul. /dez, p. 71- 99, 1995.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

VALENCIANO, Renata Cristiane. **A participação da mulher na luta pela terra: discutindo relações de classe e gênero**. 2006. 143 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente – SP.

VANNUCHI, Maria Lúcia. **A construção das identidades de gênero**. Espaço Caderno Feminino, Uberlândia, v. 23, n. 1 /2, p. 61-77, 2010.

WEDIG, Josiane, Carine; MENASCHE, Renata. Práticas alimentares entre camponeses: expressão de relações familiares e de gênero. In: NEVES, Delma P; MEDEIROS, Leonilde, S. (orgs.). **Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói. Alternativa, 2013.

Recebido para publicação em 03 de fevereiro de 2016.

Devolvido para a revisão em 24 de novembro de 2016.

Aceito para a publicação em 10 de janeiro de 2017.